

Resumo: O presente trabalho investiga a variedade lingüística como fato real, que não escapa à observação tanto do lingüista quanto do leigo, pois são as diferenças que existem dentro de uma comunidade de fala. Com observações concretas retiradas do contexto social, observa-se que as variações são vistas como conseqüências da evolução e mudanças sócio-culturais e, que se não forem investigadas e estudadas nos meios de ensino, podem ser causas de constrangimento e preconceito pelos usuários do próprio sistema lingüístico.

Palavras-chave: Variações lingüísticas, cultura, língua e linguagem.

Abstract: The present essay investigates the linguistic variety as a real fact that doesn't escape the observation as much the linguist as the layman, because they are the differences that exist inside the talk of a community. With real observations took back of the social context, it is observed the variations are perceived as consequence of the evolution and social-cultural changes and if they won't be investigated and studied in the teaching environment, they can be the embarrassment and prejudice causes by the users of the own linguistic system.

Keywords: linguistic variations, culture, language and idiom.

Considerações Iniciais

A língua está sempre mudando, adequando-se às novas circunstâncias, às práticas e às convenções sociais. O homem, desde os tempos mais remotos que se tem conhecimento na história da humanidade, comanda a própria natureza utilizando-se da linguagem. Para isso usa códigos comuns a toda a sua comunidade e cada vez mais avança nos domínios da ciência com sua criatividade e seu poder de desenvolvimento.

Estudos mostram que a aprendizagem de uma língua é um processo contínuo que se amplia durante toda a vida, segundo Callou e Leite (1999: 111). Pois, por mais que se esteja ciente de que a língua não é homogênea, o seu aprendizado se modifica a cada momento histórico, tanto na oralidade quanto na escrita, porém, esta resulta de um esforço conjunto na ação alfabetizadora do lingüista, do educador e do próprio falante, pois o ensino da língua é percebido, hoje, como um processo que pressupõe a homogeneização e a normatização da língua escrita, por mais que se saiba ser o idioma heterogêneo, segundo as autoras supra citadas.

Ao falante alfabetizado não basta conhecer a relação entre o símbolo gráfico e o elemento fonológico; é preciso que ele conheça a freqüência dessas relações para conhecer as regras de combinação de uma língua, pois se a letra é a menor unidade segmental do sistema ortográfico, o fone não o é do sistema fonêmico². Portanto, há uma longa caminhada entre o sistema mecânico de aprender e usar o código escrito, a mecânica da escrita, e o uso real, o funcionamento efetivo da linguagem, num processo dinâmico e dialético. Callou e Leite dizem que o *aluno só é capaz de ler e escrever porque encontra na leitura e na escrita a linguagem que usa diariamente*. Então, o falante só lê, escreve e efetua interpretações por encontrar-se na leitura de um texto, oral ou escrito, sentido-se partícipe desse tipo de linguagem.

Variações: Alguns Dados Lingüísticos Observados

A estrutura lingüística é tão complexa quanto a estrutura social em que ela funciona, por ser a

¹ CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 111.

² *Ibidem*, p. 112.

língua um fato social. Vemos que a língua e a sociedade apresentam inter-relações complexas e observa-se aí uma co-variação dos fenômenos lingüísticos e sociais. A partir desses pressupostos, este texto propõe analisar alguns fatos lingüísticos, todos observados concretamente na sociedade tangaraense, onde este estudo se situou, fundamentando-os teoricamente, analisando se os mesmos, de alguma forma, fogem a generalizações.

As variações quanto ao uso da linguagem pelo mesmo falante, determinadas pela diversidade de situação, dá-se o nome de níveis de fala, níveis de linguagem ou registros, segundo Matoso Câmara:

A língua varia no espaço, criando em seu território o conceito dos dialetos regionais. Também varia na hierarquia social, estabelecendo o que hoje se chama os dialetos sociais, varia ainda, para um mesmo indivíduo, conforme a situação em que se acha, estabelecendo o que os lingüistas denominam os "registros" (1970, p. 03).

Há para o indivíduo as diversas possibilidades de manifestações lingüísticas: o registro formal, correspondente ao emprego da língua culta, e o informal, correspondente ao uso do dialeto popular. Um nível intermediário, comum, corresponderia aos dialetos sociais. Matoso Câmara, ao comentar a respeito dos dialetos, diz haver sido Roman Jakobson quem denominou *padrão* (ing. *pattern*) para a língua considerada ideal, termo usual nos estudos lingüísticos.

Percebe-se que a sociedade impõe um padrão lingüístico a seus falantes, à revelia do que se conhece dos fatos estruturais. A língua, assim dizendo, é um *lugar* de conflitos, servindo à ascensão ou motivando o preconceito social. As mudanças seguem, acontecem e são severamente criticadas pelos próprios falantes, conhecedores ou não da parte científica da língua. Todas as variedades da linguagem estão sujeitas a transformações, e mesmo na variedade mais conservadora, há elementos de diferenciação. Assim, numa comunicação informal o falante A, do meio acadêmico, objeto deste recorte, diz:

a - "Eu preocupo com tudo o que tá ocorrendo aqui", em vez de *Eu me preocupo com o que está...*

b - "Traga isso pra mim ler", em vez de *Traga isso para eu ler.*

Então o que se observa nesse *dado* é que o falante, ao produzir tais enunciados, não se preocupou com a gramática normativa da língua, o que não quer dizer que o mesmo a desconheça, pois trata-se de um falante escolarizado e de nível superior. Porém, interessante é notar que esse mesmo falante emite críticas severas a outro usuário da língua (aqui denominado falante B), que proferiu a expressão *Pergunte pro adevogadou*, expressão equivalente na língua padrão a "Pergunte ao advogado", desconsiderando que a língua é um lugar, sobretudo, de equívocos, e que também ele próprio produz sentenças fora das normas gramaticais. Pois, em seu primeiro enunciado, o verbo *preocupar* exige a partícula pronominal "me", omitida em seu falar, e o verbo *estar* sofreu um apagamento fonológico, denominado *aférese tá* para "está" e a *síncope pra* em vez de "para". Então percebemos nesse primeiro falante, o fenômeno lingüístico denominado registro, termo adotado pela escola lingüística de Londres para designar mudanças no uso da língua, por parte de um falante, conforme a situação social; portanto, o falante A tenta tornar semelhantes os conhecimentos lingüísticos que ele assimilou numa forma de sentido, na frase, pois esta já apresenta as marcas da primeira pessoa no pronome do caso reto "eu" e também na desinência verbal do próprio verbo "preocupo", ocasionando o princípio, designado por Martinet, de *economia lingüística*, que evita a redundância. Para o autor,

o princípio da economia lingüística se traduz no equilíbrio entre inércia e as necessidades de comunicação; uma dada construção não é econômica quando acarreta um gasto de energia que o grupo julga desnecessário numa dada situação (BORBA, 1976, p.34).

O que se percebe, modernamente, é que esse princípio do mínimo esforço atinge todo o sistema por ser uma característica da linguagem humana. E ao se investigar as possíveis causas de diferentes usos idiomáticos, mostra-se que tudo o que é considerado erro para alguns tem uma explicação científica, lógica, pragmática, psicológica e funcional.

Na enunciado do falante B, pode-se fazer um estudo diacrônico e observar que o usuário acompanha a oralidade da sua língua numa concepção evolutiva, pois o português, ao longo dos tempos, foi mudando, assim como mudam

todas as línguas históricas. Sabe-se que a língua portuguesa herdou do latim os prefixos *per*, *pré*, *por*, os quais tinham usos bem definidos em latim, mas no português sofreram alguma confusão. Segundo Bagno (2000, p. 159), no início do português, esses prefixos foram utilizados indiscriminadamente na criação de palavras, criando formas paralelas como *preguntar* e *perguntar*. E a língua, ao ser padronizada, passou a ter certas formas eleitas como “certas” em detrimento de outras. *Perguntar* vem do latim *precunctare*, mais próximo, portanto, da forma “incorreta” *preguntar*, que na língua espanhola é considerada certa. A flutuação do prefixo gera ainda hoje formas como *professora* (professora), *prissiguir* (perseguir), *projudicar* (prejudicar), *prefumado* (perfumado), as quais são explicadas pela própria história do idioma.

Também a expressão *adevogado* recebeu uma vogal, o “e”, o qual no português moderno, segundo Câmara (1988, p. 52), chama-se anaptixe, em que nos grupos consonânticos o segundo elemento é constrictivo, caso do “v”, criando-se uma vogal reduzida que faz do primeiro elemento uma consoante crescente e, na língua popular do Brasil, passa a vogal plena.

Continuando as investigações, observou-se que as pessoas de faixa etária mais avançada, com frequência, pronunciam a partícula “a” diante de verbos como lembrar, soprar, levantar, etc, ficando *alembrar*; *assoprar*, *alevantar*, o que é um arcaísmo e, hoje, considerado incorreto. Porém, esse fato lingüístico já foi considerado certo há tempos atrás. São heranças antigas de outros tempos, como ocorre, por exemplo, no verso camoniano: “Que em vão *assopra* o vento, a vela inchando”. Esse fato tem origem no latim, no qual havia a preposição *ad*, que deu origem a preposição *a*; *ad* tinha diversos sentidos: perto de, junto a, em direção, etc. Como as demais preposições latinas, *ad* podia ser usado como um prefixo para formar novos verbos. Em alguns casos ela perdia o final *d*, que era assimilado pela consoante seguinte: *ad+préndere* = *appréndere* (aprender). Na formação da última flor do lácio, que é a língua portuguesa, esse processo continuou, gerando uma infinidade de verbos que tinham esse prefixo, chamando-se generalização. A normatização do idioma coincide com a expansão dos empreendimentos marítimos portugueses, e é claro, o povo, na sua imensa maioria, não tem acesso às normas gramaticais,

à variedade oficial, e então conservou-se tais verbos na linguagem do dia-a-dia de muitos falantes.

Diferenças Internas da Língua

A língua, em suas manifestações, apresenta variações. A linguagem, como fenômeno social, apresenta-se como fato, o qual está fortemente ligado à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade, na qual diferentes dialetos e sotaques são avaliados de forma distinta. A língua padrão representa mais *status* e prestígio que outras variantes lingüísticas. Entretanto, a linguagem padrão é apenas uma variedade entre muitas, embora importante, pois atua como uma das forças contrárias à variação; também importante por ser a forma utilizada para se escrever artigos científicos que expõem os conhecimentos produzidos na sociedade. Porém, é importante frisar que não há nada que justifique o desprestigiamento de dialetos lingüísticos, pois cada um reflete a estrutura social de dada comunidade.

Para Callou e Leite, uma língua histórica não é um sistema lingüístico unitário, mas um conjunto de sistemas lingüísticos, um diassistema, em que se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas e dizem:

Há muito pouco tempo é que se começou a despertar para uma concepção de língua como um instrumento de comunicação social, maleável e diversificada em todos os seus aspectos, meio de expressão entre indivíduos, em sociedades também diversificadas social, cultural e geograficamente (1999, p. 96).

No painel cultural contemporâneo, percebemos que o vocabulário comum, as construções sintáticas características da oralidade e até as gírias se expandem consideravelmente, aparecendo, inclusive, em situações de interação formal e constituindo uma marca representativa do léxico popular na linguagem urbana comum. Esse painel e suas conseqüências lingüísticas favorecem à linguagem popular, aumentando-lhe o prestígio. Segundo Preti (1999, p. 25), pode-se afirmar que muitas de suas formas expressivas, embora em desacordo com a gramática tradicional, incorporaram-se à fala das pessoas cultas. Assim, “Telefone-me à tarde” ou “Traga-me a toalha” são expressões consideradas desatuais, não mais possíveis mesmo a um falante culto, na interação oral, o qual, hoje, não há de

evitar o uso do pronome proclítico, no início da frase como determina a tradição gramatical.

As Diversidades

Uma língua apresenta, no mínimo, três tipos de diferenças internas, as quais podem ser mais ou menos profundas: diatópica, diastrática e as variações estilísticas ou registros.

A primeira apresenta as diferenças que ocorrem em espaços geográficos (local, regional e até intercontinental). São as variantes que constituem os falares regionais. Como exemplo pode-se citar a palavra *macaxeira*, típica do Norte e Nordeste do Brasil e *aipim* noutras regiões do país. Ainda *balão de aniversário*, no Sul, e no Centro-Oeste *papo de peru ou bexiga*; também chamar os objetos pessoais por *galos* no Centro-Oeste, onde é comum ouvir o capataz dizer ao peão: *Pegue seus galos e vamos pra fazenda*. Nesses casos observa-se que à língua comum acrescentam-se os regionalismos, isto é, vocábulos e construções típicas de determinada região.

A variação diastrática ocorre entre os falantes de camadas sócio-culturais diferentes, considerando-se a fragilidade da classificação dos indivíduos em determinado grupo sócio-cultural e as diferenças de idade, sexo, raça, grau de escolaridade, profissão existentes entre esses indivíduos. Conclui-se que esse é um campo aberto à pesquisa sociolingüística. Para exemplificar, tem-se: *muié*, para "mulher"; *ascepsia* para "higiene"; *dor de cotovelo* para sentimento/tristeza; também na manifestação lingüística das mulheres observa-se a predominância do diminutivo: *esta bluzinha*, ... *aquela azulzinha*, como uma forma normal de comunicação. No léxico, segundo Cabral (1988), existem dois grupos de palavras: as que são usadas por toda a comunidade e aquelas que são de uso de setores específicos.

Os estudos sobre problemas de variação de linguagem provocados por variação de situações interacionais demonstram que falantes cultos podem utilizar uma variedade de registros que vai do formal ao coloquial, em função de suas necessidades de comunicação. Como se explica que muitos falantes cultos não apresentem (como os puristas desejariam) um discurso bem característico, em que a cultura lingüística ficasse comprovada? Em princípio, tem-se que lembrar que no Brasil, nas últimas décadas, ocorre um processo de uniformização cultural, em decorrência da política de democratização. Esse processo vem

estendendo as possibilidades de acesso à escola (e à universidade), às informações, às fontes de notícias e à informatização. Também há uma certa uniformidade nas formas de lazer, que aumenta a presença da *mídia* na cultura contemporânea, a qual leva a sua linguagem oral e escrita a tornar-se padrão até no contexto escolar. Isso demonstra uma nova atitude lingüística, em que está implícita a rejeição do caráter prescritivo, inflexível da tradição gramatical e a conseqüente aceitação do caráter normal do uso vigente.

Quanto à variação estilística, essa diz respeito às diferenças entre os tipos de modalidades expressivas, escolhidas conscientemente pelo indivíduo: língua literária, língua falada, língua escrita, linguagem formal, coloquial, línguas especiais, linguagens dos homens, das mulheres, levando-se em conta as circunstâncias em que ocorrem as interações verbais.

Portanto, os falantes adequam suas formas de expressão às finalidades específicas de seu ato enunciativo e tal adequação decorre de uma seleção dentre um conjunto de formas que constitui um saber individual, de uma maneira mais ou menos consciente. Essa seleção exige reflexão por parte do falante, pois seu ato comunicativo em situação de conversa com um amigo será diferente da conversa com um desconhecido, ou, ainda, uma carta endereçada a alguém da família terá um estilo diferente de uma carta enviada à redação de um jornal. Verifica-se que quanto menos coloquial as circunstâncias, tanto maior a preocupação formal, pois o grau de reflexão é proporcional ao grau de formalidade da situação interacional.

O nível popular faz-se presente na Literatura, mas na maioria das vezes, a serviço da caracterização das personagens. Assim sendo, verifica-se a ocorrência de um popular "artificial", porque "construído" pelo autor. Este, via de regra, domina a língua padrão. E desse pseudo texto popular emergem termos e alusões da norma culta, que denunciam o "dedo" do autor. Isso ocorre, principalmente, pela dificuldade de se obterem dados para análise do português popular culto, segundo Edith Pimentel Pinto (1988, p. 32).

Torna-se importante ressaltar a vinculação entre a variação social e a estilística, isso porque o homem precisa ter internalizadas essas competências lingüísticas, as quais lhe proporcionarão possibilidades de escolha em situações contextuais diversas, conforme forem as circunstâncias de interação em que ele esteja envolvido. Aí entra o trabalho da escola como agente socializador do conhecimento, a qual deve

oferecer ao cidadão que propõe formar as reais possibilidades de escolha, pois sabe-se que o indivíduo de baixa escolarização, voltado a atividades produtivas e mecânicas, não desenvolve a capacidade de operar com regras variáveis e, por isso, a língua que usa acaba representando uma barreira à ascensão social que depender da capacidade verbal.

Considerações Finais

Como se vê, a língua não é um código único, simples, usado da mesma forma por todas as pessoas, em todas as situações. Tampouco uma língua não é uma soma de variações, embora reconhecemos que o sistema admite uma infinidade de combinações; o que se percebe é uma integração.

As variantes contextuais não decorrem diretamente do falante, mas das circunstâncias que cercam o ato de fala. O mesmo falante que emprega o nível popular pode utilizar o nível culto ao dirigir-se a uma autoridade, ou a uma pessoa com quem não tenha grande intimidade, desde que tenha aprendido ética e culturalmente que os sistemas lingüísticos baseiam-se nas estruturas sociais e variam com elas, pois há, inegavelmente, uma relação entre o uso da linguagem e a situação sócio-cultural.

Assim, de modo inquestionável, a linguagem está ligada à sociedade e essa relação é a base da constituição do ser humano. Portanto, a história da humanidade é a história dos seres organizados e detentores de um sistema de comunicação, de uma língua. Esta, em suas manifestações, variará lingüisticamente para atender às diversas situações contextuais do falante, usuário da língua.

Aceito em 20/06/2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- BAGNO, Marcos. *A Língua de Eulália: novela Sociolingüística*. São Paulo: Contexto, 1999.
- BORBA, Francisco da Silva. *Pequeno vocabulário de lingüística moderna*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.
- CABRAL, Leonor Scliar. *Introdução à lingüística*. 7. ed. São Paulo: Globo, 1988.
- CALLOU, Dinah; LEITE, Ione. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- CAMARA JR, Joaquim Matoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: 1970.
- CAMARA JR, Joaquim Matoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EDUFF, 2000.
- MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteira*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.
- PRETI, Dino (Org.). *O discurso oral culto. Projetos Paralelos – 2*. São Paulo: Humanitas, 1999.